

Móveis e utensílios de escritório	190.108	48.765	238.873
Adiantamento a fornecedores	-	585.000	585.000
(-) Subvenções a realizar *	(669.115)	(2.090.360)	(2.494.467)
(-) Depreciação	(7.453.341)		(7.834.433)
	343.606	66.313	293.835
Intangível: Adiantamento a fornecedores	1.709.535	-	1.709.535
(-) Amortização	(1.133.335)		(1.296.735)
	576.200		412.800
C) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:			
Descrição	Taxa ao ano		
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%		
Benfeitorias	4,0%		
Equipamentos de informática	20,0%		
Equipamento telefônico	20,0%		
Equipamento laboratório escolar	10,0%		
Instrumento de med. e cirurgia	10,0%		
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%		
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%		
Móveis e utensílios de escritório	10,0%		
9. Fornecedores	2.018	2.017	
Descrição			
Materiais e medicamentos	2.464.815	1.892.559	
Serviços tomados de pessoa jurídica	2.622.594	1.804.788	
Serviços tomados de pessoa física	1.763	6.867	
Imobilizado	299.731	30.613	
	5.388.903	3.734.827	
10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:			
Descrição	2.018	2.017	
Honorários médicos pessoa jurídica	2.667.158	2.951.304	
	2.667.158	2.951.304	
11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.018	2.017	
Descrição			
Salários e ordenados	1.330.038	1.098.472	
Provisão para dissídio coletivo (a)	-	142.537	
FGTS	204.813	172.478	
INSS	115.244	295.385	
Provisão de férias e encargos	2.167.229	1.979.342	
Outras obrigações sociais e trabalhistas	20.387	24.792	
	3.837.711	3.713.006	
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2017 correspondia ao dissídio coletivo do SINTHOSP, Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,85%, de setembro a dezembro de 2017, liquidados durante o exercício de 2018.			
12. Obrigações Fiscais	2.018	2.017	
Descrição			
Imposto de renda retido na fonte	187.110	332.803	
Imposto sobre serviços retido na fonte	56.450	59.286	
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	1.351.922	1.432.052	
Parcelamento Lei 13.496/17			
- tributos federais (PERT) (a)	1.289.899	1.383.444	
	2.885.381	3.207.585	
Parcela a amortizar em curto prazo classificada no passivo circulante	(1.595.481)	(1.968.328)	
Passivo não circulante	1.289.900	1.239.257	
(a) Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais: Em novembro de 2017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela variação da taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2027.			
13. Partes Relacionadas	2.018	2.017	
Descrição			
Passivo circulante			
Empréstimos de materiais e medicamentos (a)			
Hospital de Marabá	(4.087)	(180)	
Hospital Infantil Octavio Lobo	(152.769)	(150.000)	
Hospital Metropolitano	(223.999)	-	
Hospital de Santarém	(483.094)	(476.301)	
Hospital Galileu	(986.436)	(985.000)	
Serviços corporativos compartilhados (b)			
Sede Administrativa	(3.816.105)	(4.427.707)	
	(5.666.490)	(6.039.188)	
(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.			
14. Contas a Pagar: Em 31 de dezembro de 2017 correspondia a saldo de acordo trabalhista em juízo, referente ação movida pelo SINTHOSP contra a Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, unidade de Altamira-PA. O valor do acordo firmado entre as partes foi de R\$ 2.500.000 a ser liquidado em 24 parcelas. O montante foi devidamente liquidado no exercício de 2018. 15. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:			
Descrição	2.018	2.017	
Saldo inicial	2.526.407	1.977.887	
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)	975.752	2.526.407	
Baixas por rescisões de contratos	(143.351)	-	
Saldo final	3.358.808	2.526.407	
16. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quan-			
titias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:			
Descrição	2.018	2.017	
Trabalhistas	134.609	-	
Cíveis	233.903	233.909	
	368.512	233.909	
A movimentação da provisão para contingência está demonstrada a seguir:			
Descrição	2.018	2.017	
Saldo em 1º de janeiro	233.909	1.351.249	
(+) Complemento de provisão	172.103	228.840	
(-) Realização da provisão	(37.500)	(1.346.180)	
Saldo em 31 de dezembro	368.512	233.909	
Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 montam a R\$ 569.759, basicamente representado por ações trabalhistas em trâmites na justiça para as quais ainda cabem recursos.			
17. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.018 montaram R\$ 64.054.489 (2.017 - R\$ 61.835.859).			
18. Despesas com Pessoal	2.018	2.017	
Descrição			
Salários e ordenados	(14.269.737)	(12.124.311)	
Insalubridade	(1.124.724)	(904.259)	
Horas extras e adicionais	(1.338.368)	(1.057.797)	
Décimo terceiro salário	(1.621.235)	(1.413.613)	
Férias	(2.153.810)	(1.983.764)	
FGTS	(1.686.829)	(1.364.260)	
Provisão para descontinuidade			
- Multa rescisória FGTS	(975.752)	(688.245)	
Contribuição Patronal ao INSS	(5.794.954)	(4.984.669)	
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	5.794.954	4.984.669	
PIS	(205.375)	(143.458)	
(-) Isenção do PIS (a)	205.375	95.638	
Outras	(585.241)	(403.748)	
	(23.755.696)	(19.987.817)	
19. Serviços de Terceiros	2.018	2.017	
Descrição			
Serviços médicos de pessoa jurídica	(5.226.765)	(18.941.275)	
Serviços tomados de pessoa física	-	(1.966)	
Serviços tomados de pessoal jurídica	(17.827.276)	(4.899.124)	
	(23.054.041)	(23.842.365)	
20. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.			
21. Drogas, Materiais e Medicamentos	2.018	2.017	
Descrição			
Medicamentos	(2.076.048)	(1.914.708)	
Órtese e prótese	(588.004)	(628.433)	
Materiais de uso do paciente	(3.103.671)	(2.303.180)	
Gases medicinais	(210.504)	(469.822)	
Gêneros alimentícios	(623.300)	(729.458)	
Materiais de limpeza e lavanderia	(463.278)	(451.382)	
Materiais de conservação e manutenção	(526.636)	(793.516)	
Hemoderivados	(1.057.400)	(1.088.032)	
Dieta enteral e parenteral	(391.586)	(383.116)	
Combustíveis e lubrificantes	(391.822)	(322.948)	
Outros	(543.160)	(521.426)	
	(9.975.409)	(9.606.021)	
22. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:			
Descrição	2.018	2.017	
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	1.425.600	1.286.006	
Pelo custo amortizado			
Contas a receber - Contrato de gestão	6.558.983	9.099.615	
Total	7.984.583	10.385.621	
Passivos			
Pelo custo amortizado			
Fornecedores	5.388.903	3.734.827	
Honorários médicos	2.667.158	2.951.304	
Partes relacionadas	5.666.490	6.039.188	
Total	13.722.551	12.725.319	
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 23. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de n.º 5008909-61.2017.4.03.6100, em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de			